

**DLOCAL BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.**

RPJ nº 25.021.356/0001-32  
Relatório de Administração  
**Senhores Acionistas:** Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Dlocal Brasil Instituição de Pagamento S.A., relativas ao semestre de exercício findo em 31/12/2025, as quais seguem as práticas contábeis adotadas no Brasil estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), **Resultado e Patrimônio Líquido:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o Lucro líquido da Dlocal Brasil Instituição de Pagamento S.A. foi de R\$ 46 milhões. **Ativos e Passivos:** Os Ativos totalizaram R\$ 1.327 milhões e estão substancialmente formados por R\$ 779,5 milhões em valores a receber, R\$ 226,4 milhões de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 9,6 milhões de títulos e valores mobiliários. Os Passivos totalizaram R\$ 1.136 milhões e estão substancialmente formados por R\$ 906,9 milhões em transações processadas a serem pagas aos nossos clientes e saldos em depósitos em moeda eletrônica. Em 23 de novembro de 2025, o BACEN publicou a Resolução BCB nº 352/23, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, a qual define critérios específicos para reconhecimento, mensuração e provisão de risco de crédito para instrumentos financeiros, trazendo os conceitos básicos da norma internacional IFRS 9 e da norma brasileira CPC 48.

**São Paulo, 27 de maio de 2026.**  
A Administração

Balanco patrimonial - Em milhares de reais		31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2025	
Originalmente apresentado	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reapresentado
Ativo					
Ativos Financeiros	nota 226.353				
Caixa e equivalentes de caixa	4.226.333				
Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	9.924				
Títulos e valores mobiliários	5.921				
Instrumentos financeiros ao custo amortizado	1.063.256				
Valores a receber	6.779.458				
Outras relacionadas	10.289.637				
Outros valores a receber	837				
Outros Ativos	27.834				
Depósitos judiciais e cauções	7.1.654				
Juros fiscais	9.982				
Despesas antecipadas	8.12.890				
Imobilizado de uso	3.298				
Total do ativo	1.327.064				
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Demonstração dos fluxos de caixa - Em milhares de reais		31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2025	
Originalmente apresentado	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2025	31/12/2025			
Lucro líquido do Semestre/exercício	30.963	46.016			
Ajustes por:					
Depreciações	470	856			
Provisão para contingências	(191)	30			
Total	31.242	47.202			

Variações nos ativos e passivos		31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2025	
Originalmente apresentado	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reapresentado
Redução (Aumento) em Valores a receber	(189.863)	(342.527)			
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais	2.094	24.580			
Redução (Aumento) em Partes relacionadas (ativo)	144.845	(9.128)			
Redução (Aumento) em Depósitos (caução, garantia e judicial)	(281)	(1.176)			
Aumento (Redução) em Depósitos em moeda eletrônica	59.272	67.700			
Aumento (Redução) em Contas a pagar	129.842	311.763			
Outras relacionadas	3.011	(4.146)			
Aumento (Redução) em Fornecedores	16.461	16.587			
Aumento (Redução) em Partes relacionadas (passivo)	(104.286)	127.034			
Aumento (Redução) em Obrigações fiscais	10.354	(6.537)			
IRPJ e CSLL pagos	11	9.982			
Despesas antecipadas	4.296	9.128			
Redução (Aumento) em Títulos e valores mobiliários - Salvaguarda	120.730	82.123			
Lucro líquido do semestre/exercício	228.415	215.884			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(862)	(1.751)			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	(862)	(1.751)			
Captação de Dividendos	(58.000)	(58.000)			
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	169.553	156.133			
Caixa e equivalentes de caixa	56.800	70.220			
No início do semestre/exercício	229.353	229.353			
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	169.553	156.133			
Total	229.353	229.353			
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais		31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2025	
Originalmente apresentado	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reapresentado
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	59.000	11.206			
Dividendos adicionais referentes a 2024	-	-			
Lucro líquido do exercício	-	514			
Constituição de reservas	12d	-			
Total	59.000	11.800			
Saldo em 31 de dezembro de 2025	59.000	11.800			
Saldo em 30 de junho de 2025 (Reapresentado)	59.000	11.800			
Dividendos adicionais referentes a 2024	-	-			
Lucro líquido do exercício	-	514			
Constituição de reservas	12d	-			
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-			
Saldo em 31 de dezembro de 2025	59.000	11.800			
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.					

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. **Contexto operacional:** A Dlocal Brasil Instituição de Pagamento S.A. ("Dlocal", ou "Dlocal", com sede na Avenida Paulista, 1.374, 11º andar - Sala 11A1137, Bela Vista, São Paulo - SP, foi constituída em 15 de junho de 2016. Como parte do processo de reestruturação de funcionamento por parte do Banco Central do Brasil ("BACEN") em 23 de setembro de 2021, a Companhia foi convertida em uma Sociedade Anônima ("S.A.") de capital fechado. Em 17 de julho de 2023, a Companhia recebeu do BACEN a autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento nas modalidades de Emissora de Moeda Eletrônica e Iniciadora de Transação de Pagamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, atuou como Arranjo de Pagamento, Instituição de Pagamento e Facilitadora de Pagamento Internacional conforme definições do Banco Central do Brasil. A sua principal atividade econômica é de intermediar e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários. A Companhia faz parte do Grupo Dlocal, cuja atividade principal nos países onde está presente é a de Facilitadora de Pagamentos Internacional. O Grupo Dlocal e as suas subsidiárias focam as suas atividades em facilitar pagamentos para "merchants" internacionais que oferecem produtos e serviços em mercados emergentes. A Dlocal oferece soluções de pagamento dentro e fora de fronteiras e soluções de "marketing" para "merchants" de comércio eletrônico de primeiro nível, assim como provedores de serviços de pagamento (PSPs) atuantes em mercados emergentes. A maioria dos pagamentos são efetuados por meio de meios de pagamento alternativos (APIs) devido à alta complexidade de usuários que apresentam baixa bancarização. Estes usuários não têm acesso a cartões de crédito ou outros instrumentos de crédito, o que dificulta a aquisição de bens e serviços por meios digitais em sites internacionais. O Dlocal auxilia estas empresas de comércio eletrônico a coletar pagamentos de usuários finais e a efetuar pagamentos a pessoas físicas e jurídicas nesses mercados. O Grupo Dlocal opera em vários países de forma a atender seus clientes e a oferecer planos de negócios futuros, serviços e Brasil em seus principais mercados. 2. **Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis:** 2.1. **Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis internacionais aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) Resolução CMN nº 4.818/2020 e do BACEN Resolução BCB nº 2/2020 e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro de Crédito SIF. Não foram adotados os balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não reconhecidas pelo BACEN. Os CPCs já aprovados pelo BACEN e considerados para a elaboração dessas demonstrações financeiras são: CPC 1 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa; CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ativos; CPC 23 (R2) - Imposto de Renda e Contribuição Social; CPC 24 - Despesas Antecipadas; CPC 28 - Subsequente; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; CPC 28 - Propriedade para Investimento; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados; CPC 41 - Resultado por Ação; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Recita de Contrato com Cliente. Conforme as diretrizes do artigo 102 da Resolução BCB nº 352/23, não serão apresentadas informações para fins comparativas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 27 de maio de 2026. 2.2. **Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis que foram adotadas foram a elaboração das referidas demonstrações financeiras sob o regime de custo. 2.2.1. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2.2. **Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o Real. 2.2.3. **Estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas pressupostos estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. 2.2.4. **Caixa e equivalentes de caixa:** demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à definição das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, instrumentos financeiros a valor justo e provisões para processos judiciais. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. 2.2.5. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo, com vencimento menor do que 90 dias, de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. 2.2.6. **Valores a receber:** As contas a receber de clientes, não são decorrentes da prestação de serviços e são decorrentes de transações de venda de longo prazo no momento inicial valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originalmente estabelecidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 não houve perdas reconhecidas. De acordo com a Resolução BCB 352 utilizado a metodologia de perdas simplificada. 2.2.6. **Imposto de renda e contribuição social:** imposto de renda e a contribuição social de imposto corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% e 20% sobre o lucro líquido. Despesas antecipadas excedentes de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social é reconhecida no momento em que o imposto é devido. 2.2.7. **Imobilizado de uso:** Compreendido principalmente por seus equipamentos e computadores, demonstrados ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, as vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Período
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada exercício de acordo com as informações disponíveis e reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A depreciação é reconhecida no resultado baseado no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômico-lucro incorporados no ativo. 2.2.8. **Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados no valor presente, maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. 2.2.9. **Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento ou circunstância, se a Companhia tem uma obrigação legal ou contratual, sendo provável que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. 2.2.10. **Fornecedores:** Compreendido pelos valores a pagar decorrentes de operações de compra e vendas de bens e serviços, incluindo o encerramento do período de relatório. São compostos por faturas recebidas e ainda não pagas e por provisões de faturas ainda não recebidas, mas que sejam possíveis de estimar o seu valor real. O saldo de fornecedores não considera os valores de tarifas de processamento de cartões de crédito. 2.2.11. **Ativos circulantes e passivos para processos judiciais:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou contratual ou constituída em um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicáveis, dos componentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados no valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. 2.2.12. **Ativos circulantes e passivos para processos judiciais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos contingentes e provisão

caixa e equivalentes de caixa e R\$ 9,6 milhões de títulos e valores mobiliários. Os Passivos totalizaram R\$ 1.136 milhões e estão substancialmente formados por R\$ 906,9 milhões em transações processadas a serem pagas aos nossos clientes e saldos em depósitos em moeda eletrônica. Em 23 de novembro de 2025, o BACEN publicou a Resolução BCB nº 352/23, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, a qual define critérios específicos para reconhecimento, mensuração e provisão de risco de crédito para instrumentos financeiros, trazendo os conceitos básicos da norma internacional IFRS 9 e da norma brasileira CPC 48.

**São Paulo, 27 de maio de 2026.**  
A Administração

Balanco patrimonial - Em milhares de reais		31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2025	
Originalmente apresentado	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reapresentado
Ativo					
Ativos Financeiros	nota 226.353				
Caixa e equivalentes de caixa	4.226.333				
Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	9.924				
Títulos e valores mobiliários	5.921				
Instrumentos financeiros ao custo amortizado	1.063.256				
Valores a receber	6.779.458				
Outras relacionadas	10.289.637				
Outros valores a receber	837				
Outros Ativos	27.834				
Depósitos judiciais e cauções	7.1.654				
Juros fiscais	9.982				
Despesas antecipadas	8.12.890				
Imobilizado de uso	3.298				
Total do ativo	1.327.064				
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Demonstração dos fluxos de caixa - Em milhares de reais		31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2025	
Originalmente apresentado	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2025	31/12/2025			
Lucro líquido do Semestre/exercício	30.963	46.016			
Ajustes por:					
Depreciações	470	856			
Provisão para contingências	(191)	30			
Total	31.242	47.202			

Variações nos ativos e passivos		31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2025	
Originalmente apresentado	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reapresentado
Redução (Aumento) em Valores a receber	(189.863)	(342.527)			
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais	2.094	24.580			
Redução (Aumento) em Partes relacionadas (ativo)	144.845	(9.128)			
Redução (Aumento) em Depósitos (caução, garantia e judicial)	(281)	(1.176)			
Aumento (Redução) em Depósitos em moeda eletrônica	59.272	67.700			
Aumento (Redução) em Contas a pagar	129.842	311.763			
Outras relacionadas	3.011	(4.146)			
Aumento (Redução) em Fornecedores	16.461	16.587			
Aumento (Redução) em Partes relacionadas (passivo)	(104.286)	127.034			
Aumento (Redução) em Obrigações fiscais	10.354	(6.537)			
IRPJ e CSLL pagos	11	9.982			
Despesas antecipadas	4.296	9.128			
Redução (Aumento) em Títulos e valores mobiliários - Salvaguarda	120.730	82.123			
Lucro líquido do semestre/exercício	228.415	215.884			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(862)	(1.751)			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	(862)	(1.751)			
Captação de Dividendos	(58.000)	(58.000)			
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	169.553	156.133			
Caixa e equivalentes de caixa	56.800	70.220			
No início do semestre/exercício	229.353	229.353			
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	169.553	156.133			
Total	229.353	229.353			
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais		31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2025	
Originalmente apresentado	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reapresentado
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	59.000	11.206			
Dividendos adicionais referentes a 2024	-	-			
Lucro líquido do exercício	-	514			
Constituição de reservas	12d	-			
Total	59.000	11.800			
Saldo em 31 de dezembro de 2025	59.000	11.800			
Saldo em 30 de junho de 2025 (Reapresentado)	59.000	11.800			
Dividendos adicionais referentes a 2024	-	-			
Lucro líquido do exercício	-	514			
Constituição de reservas	12d	-			
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-			
Saldo em 31 de dezembro de 2025	59.000	11.800			
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.					

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. **Contexto operacional:** A Dlocal Brasil Instituição de Pagamento S.A. ("Dlocal", ou "Dlocal", com sede na Avenida Paulista, 1.374, 11º andar - Sala 11A1137, Bela Vista, São Paulo - SP, foi constituída em 15 de junho de 2016. Como parte do processo de reestruturação de funcionamento por parte do Banco Central do Brasil ("BACEN") em 23 de setembro de 2021, a Companhia foi convertida em uma Sociedade Anônima ("S.A.") de capital fechado. Em 17 de julho de 2023, a Companhia recebeu do BACEN a autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento nas modalidades de Emissora de Moeda Eletrônica e Iniciadora de Transação de Pagamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, atuou como Arranjo de Pagamento, Instituição de Pagamento e Facilitadora de Pagamento Internacional conforme definições do Banco Central do Brasil. A sua principal atividade econômica é de intermediar e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários. A Companhia faz parte do Grupo Dlocal, cuja atividade principal nos países onde está presente é a de Facilitadora de Pagamentos Internacional. O Grupo Dlocal e as suas subsidiárias focam as suas atividades em facilitar pagamentos para "merchants" internacionais que oferecem produtos e serviços em mercados emergentes. A Dlocal oferece soluções de pagamento dentro e fora de fronteiras e soluções de "marketing" para "merchants" de comércio eletrônico de primeiro nível, assim como provedores de serviços de pagamento (PSPs) atuantes em mercados emergentes. A maioria dos pagamentos são efetuados por meio de meios de pagamento alternativos (APIs) devido à alta complexidade de usuários que apresentam baixa bancarização. Estes usuários não têm acesso a cartões de crédito ou outros instrumentos de crédito, o que dificulta a aquisição de bens e serviços por meios digitais em sites internacionais. O Dlocal auxilia estas empresas de comércio eletrônico a coletar pagamentos de usuários finais e a efetuar pagamentos a pessoas físicas e jurídicas nesses mercados. O Grupo Dlocal opera em vários países de forma a atender seus clientes e a oferecer planos de negócios futuros, serviços e Brasil em seus principais mercados. 2. **Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis:** 2.1. **Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis internacionais aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) Resolução CMN nº 4.818/2020 e do BACEN Resolução BCB nº 2/2020 e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro de Crédito SIF. Não foram adotados os balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não reconhecidas pelo BACEN. Os CPCs já aprovados pelo BACEN e considerados para a elaboração dessas demonstrações financeiras são: CPC 1 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa; CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ativos; CPC 23 (R2) - Imposto de Renda e Contribuição Social; CPC 24 - Despesas Antecipadas; CPC 28 - Subsequente; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; CPC 28 - Propriedade para Investimento; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados; CPC 41 - Resultado por Ação; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Recita de Contrato com Cliente. Conforme as diretrizes do artigo 102 da Resolução BCB nº 352/23, não serão apresentadas informações para fins comparativas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 27 de maio de 2026. 2.2. **Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis que foram adotadas foram a elaboração das referidas demonstrações financeiras sob o regime de custo. 2.2.1. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2.2. **Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o Real. 2.2.3. **Estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas pressupostos estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. 2.2.4. **Caixa e equivalentes de caixa:** demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à definição das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, instrumentos financeiros a valor justo e provisões para processos judiciais. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. 2.2.5. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo, com vencimento menor do que 90 dias, de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. 2.2.6. **Valores a receber:** As contas a receber de clientes, não são decorrentes da prestação de serviços e são decorrentes de transações de venda de longo prazo no momento inicial valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originalmente estabelecidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 não houve perdas reconhecidas. De acordo com a Resolução BCB 352 utilizado a metodologia de perdas simplificada. 2.2.6. **Imposto de renda e contribuição social:** imposto de renda e a contribuição social de imposto corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% e 20% sobre o lucro líquido. Despesas antecipadas excedentes de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social é reconhecida no momento em que o imposto é devido. 2.2.7. **Imobilizado de uso:** Compreendido principalmente por seus equipamentos e computadores, demonstrados ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, as vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Período
Computadores e periféricos	5 anos

Continuação		
19. Outras despesas/receitas operacionais:		
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Outras receitas operacionais (a)	7.801	8.070
	<b>7.801</b>	<b>8.070</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Fordas operacionais	(138)	(138)
PECLD	(469)	(469)
Despesas operacionais diversas (b)	1.624	889
	<b>1.017</b>	<b>282</b>
	<b>8.818</b>	<b>8.352</b>

**a) Outras receitas operacionais** - Valores de cobranças relacionadas a variação de volume processado e demais serviços prestados aos clientes. **b) Despesas operacionais diversas** - Inclui os valores referentes a gastos com despesas diversas, relacionadas a operação, como serviços de tradução, sistemas e call center. **20. Provisão para processos judiciais:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui registrada provisão para processos judiciais de natureza cível, relacionadas a reclamações de usuários finais por problemas que ocorreram no processo de compra relacionados a mercadoria não entregue, entrega de produto incorreto etc., com risco de perda provável no montante de R\$ 3.166.

Movimentação		
	01/01 a 31/12/2025	31/12/2025
<b>Saldo inicial</b>		<b>2.836</b>
Constituição	2.747	(2.417)
Reversão (-)	(2.417)	
<b>Saldo final</b>		<b>3.166</b>

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía processos avaliados com risco de perda possível por seus assessores jurídicos. **21. Instrumentos financeiros:** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes e contas a pagar. A

administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco que não tenham finalidade de proteção. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não realizou a contratação de derivativos. **21.1. Considerações sobre riscos:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise do prazo de recebimento	Gestão de prazos de recebimento no faturamento internacional
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa	Análise de vencimento	Diversificação das instituições financeiras
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Avaliação de crédito	Previsões de fluxo de caixa
			Linhas de crédito disponíveis

**(a) Risco de mercado - câmbio:** A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições ao dólar dos Estados Unidos, principalmente, decorrente dos valores a receber referente aos serviços prestados a empresas do Grupo no exterior. A administração estabeleceu uma política de faturamento entre empresas do Grupo com o intuito de reduzir ao máximo o prazo de pagamento das faturas emitidas, reduzindo a ex-

posição a variação das taxas de câmbio. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito da dLocal Brasil está restrito à exposição de recursos próprios mantidos em instituições financeiras. A dLocal Brasil, na qualidade de instituição de pagamento, não concede linhas de crédito a clientes, não realiza operações de crédito e não possui licença para tal atividade, conforme a regulação vigente do Banco Central do Brasil. O risco de contraparte decorre exclusivamente dos depósitos realizados em bancos e outras instituições financeiras, sendo acetos apenas títulos e depósitos em entidades pertencentes a grandes grupos financeiros brasileiros e/ou internacionais, com reconhecida solidez e reputação. A exposição a cada instituição financeira é monitorada regularmente. Importante destacar que os valores de clientes são mantidos em contas de salvaguarda, segregadas do patrimônio da dLocal Brasil, em conformidade com a regulamentação aplicável. Esses recursos estão protegidos de qualquer risco relacionado à solvência da dLocal Brasil ou de terceiros, não sendo afetados por eventuais dificuldades financeiras da instituição. Dessa forma, o risco de crédito da dLocal Brasil está limitado à gestão prudente dos recursos próprios depositados em instituições financeiras de alta qualidade, não havendo exposição ao risco de crédito decorrente de operações com clientes ou fornecedores. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pela Companhia é gerido pela tesouraria, que investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos de renda fixa, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantém fundos de curto prazo de R\$ 172.749 representados por aplicações em CDBs de R\$ 16 em aplicações automáticas em fundos de investimento em renda fixa (contas remuneradas) de R\$ 163.111 e em títulos públicos não lastreados de R\$ 9.621, que se espera serem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. **(d) Risco de estrutura de capital:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez

e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. **21.2. Valorização dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **(i) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e contas a pagar:** O valor de mercado desses instrumentos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. **22. Resultado não recorrente:** Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/20, os resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da dLocal e não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve resultados não recorrentes. **23. Cobertura de seguros (não auditado):** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Diretoria
Renata Alba - Diretora Executiva

Aos Administradores e Acionistas **dLocal Brasil Instituição de Pagamento S.A.**  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da dLocal Brasil Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Informações comparativas:** Chamamos a atenção para a Nota 2.1 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a

dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base

contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas in-

teracionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 27 de maio de 2026

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP00160/O-5	Ricardo Barth de Freitas Contador CRC 1SP235228/O-5
---	---

